

Agenda ambiental da administração pública (A3P) e sua aderência: o caso do Instituto Federal do Amazonas

O objetivo deste trabalho é apresentar um breve panorama da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e analisar seu papel como ferramenta macropolítica de Gestão Ambiental pública em escala local, sua aderência pelo Instituto Federal do Amazonas – IFAM. O presente estudo consistiu no levantamento teórico-bibliográfico da questão socioambiental, levantamento de dados por meio de consulta ao site do Ministério do Meio Ambiente além da pesquisa in loco. Para análise dos dados coletados foram utilizados métodos misto, com predominância qualitativa. A A3P é um programa de Gestão Ambiental institucional para o setor público, e, possui amplitude nas normas/acordos internacionais e nacionais. O panorama demonstra moderada aderência à Agenda pelas instituições públicas, sendo a esfera Federal destaque em adesões e premiações. A pesquisa revela que no IFAM, os resíduos gerados pela instituição precisam de melhor atenção, assim como os resíduos perigosos. Outra oportunidade de melhorias percebida são os investimentos em energias renováveis e o monitoramento do consumo da água. As licitações sustentáveis tiveram como ponto positivo a aderência ao pregão eletrônico, porém, ainda não é institucionalizada plenamente. A aderência da Agenda no IFAM foi percebida como parcial

Palavras-chave: Gestão Ambiental; Socioambiental; Políticas Públicas ambientais.

Environmental agenda for public administration (A3P) and its adherence: the case of the Federal Institute of Amazonas

The goal of this paper is to present a brief panorama of the Environmental Agenda of Public Administration (A3P) and to analyze its role as a macropolitical tool of public environmental management in local scale, its adherence by the Federal Institute of Amazonas - IFAM. The present study consisted of the theoretical-bibliographical survey of the social environmental matter, data survey through the consultation of the Ministry of the Environment's website in addition to on-site research. For the analysis of the collected data, mixed methods have been used, with qualitative predominance. The A3P is an institutional environmental management program for the public sector, and it possesses amplitude in national and international norms/deals. The panorama conveys moderate adherence to the agenda by public institutions, with the Federal sphere outstanding in adhesions and awards. The research reveals that in IFAM the residue generated by the institutions need better care, as well as high-risk residue. Other improvement opportunities noticed are the investments in renewable energy and the monitoring of water consumption. The sustainable biddings had as positive aspect the adherence to the electronic action, though it's not yet fully institutionalized. The adherence of the agenda in IFAM has been perceived as partial.


Keywords: Environmental Management; Socioenvironmental; Environmental Public Policies.

Topic: **Administração Pública Ambiental**

Received: **11/08/2020**

Approved: **28/09/2020**

Reviewed anonymously in the process of blind peer.

Valdiney Ferreira de Almeida 

Instituto Federal do Amazonas, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/4108301410209588>
<http://orcid.org/0000-0002-6817-9284>
valdiney.almeida@ifam.edu.br

Camilo Yunes Neto 

Universidade Federal do Amazonas, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2483450659133353>
<http://orcid.org/0000-0003-0811-4515>
camiloyne@gmail.com

Terena do Couto Sampaio Vidal 

Universidade Federal do Amazonas, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7036746717185596>
<http://orcid.org/0000-0001-7826-2201>
terenacouto@gmail.com

Leandro Amorim Damasceno 

Instituto Federal do Amazonas, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7763644248571987>
<http://orcid.org/0000-0002-4596-0959>
leandro.damasceno@ifam.edu.br

Andrea Lanza Cordeiro de Souza 

Universidade do Estado do Amazonas, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7124502498175041>
<http://orcid.org/0000-0001-9457-9532>
andrealanza@globo.com

Maria Olívia de Albuquerque Ribeiro Simão 

Universidade do Estado do Amazonas, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/2594654340373805>
<http://orcid.org/0000-0002-8734-7714>
mariaoliviar@uol.com.br



DOI: 10.6008/CBPC2179-6858.2020.005.0060

Referencing this:

ALMEIDA, V. F.; YUNES NETO, C.; VIDAL, T. C. S.; DAMASCENO, L. A.; SOUZA, A. L. C.; SIMÃO, M. O. A. R.. Agenda ambiental da administração pública (A3P) e sua aderência: o caso do Instituto Federal do Amazonas. **Revista Ibero Americana de Ciências Ambientais**, v.11, n.5, p.677-693, 2020. DOI: <http://doi.org/10.6008/CBPC2179-6858.2020.005.0060>

INTRODUÇÃO

Frente ao gravame da crise ambiental, essa temática passou a integrar o rol de preocupações e de discussões da sociedade, compreendida como uma crise civilizatória e de racionalidade instrumental (LEFF, 2002). É elementar os problemas ambientais e sociais causados pelo consumo exacerbado e não sustentável dos recursos naturais resultado do processo de desigualdade e desequilíbrio da globalização.

A Responsabilidade Socioambiental – RSA traduz a importância da criação e adoção de políticas e programas adequados a realidade local, assim sua compreensão difere por parte das instituições (governamentais ou não), dependendo dos impactos e da influência dos desafios econômicos, sociais e ambientais. É um processo contínuo e progressivo de desenvolvimento de competências cidadãs, com responsabilidades sobre questões sociais e ambientais relacionadas a todos os públicos: trabalhadores, consumidores, governo, empresas, investidores e acionistas, organizações da sociedade civil, mercado e concorrentes, comunidade e o próprio meio ambiente (MMA, 2009).

A RSA teve maior visibilidade no Brasil, após a Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro, a ECO-92, que sacramentou a preocupação com as questões ambientais. Nela foi elaborada a Agenda 21, diretriz do desenvolvimento sustentável que concilia proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica (Ibidem).

A gestão pública de questões ambientais tem como base a Lei nº 6.938/81 que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e o Sistema Nacional do Meio Ambiente que foram recepcionados e ampliados pela CF de 1988, em seu art. 225. O Estado deve ter papel ativo, pois é o principal agente junto à sociedade, na participação das instituições públicas no processo de RSA (MMA, 2009).

Neste toar, a PNMA em seus artigos, norteia a prática ambiental, entre outras, produzir diagnóstico da gestão ambiental no Brasil nas empresas públicas e privadas, com estudos estratégicos que visem aprimorar as técnicas de controle ambiental, estimular a população às atividades no dia a dia que promovam a sustentabilidade e as práticas que visem uso racional dos recursos naturais, aumentando os padrões de qualidade de vida e emergindo a questão da inclusão social.

Assim a gestão ambiental aparece como ferramenta de execução da normatização das políticas públicas. Para tanto, a gestão ambiental torna-se ferramenta essencial no contexto da Administração Pública, que busca propriedades exigidas nas suas rotinas, tendo o princípio da economicidade, que se traduz na relação custo-benefício e, ao mesmo tempo, atende ao princípio constitucional da eficiência, incluído no texto da Carta Magna (art. 37) por meio da Emenda Constitucional 19/1998, portanto, dever da administração (MMA, 2009). Para auxiliar tal exigência, o Ministério do Meio Ambiente criou a Agenda Ambiental da Administração Pública - A3P, um programa de Gestão Ambiental com subdivisão em Eixos temáticos com vistas a aplicabilidade em órgãos públicos das três esferas e dos três poderes (NASCIMENTO, 2018).

A Agenda foi desenvolvida para atuar no Setor Público de todo Brasil, e foi premiada pela UNESCO com o Prêmio “O melhor dos exemplos” na categoria meio ambiente, dada sua importância de contribuição

para a sociedade (MMA, 2009). No entanto, vários autores apontam fragilidades em sua aplicabilidade, dentre elas as licitações sustentáveis (KRUGER et al., 2011; GOMES et al., 2015; MONTEIRO et al., 2015; VIEGAS et al., 2015; NETO et al., 2016; SANTOS et al., 2017). Diante disso, o presente estudo objetivou apresentar um breve panorama da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e analisar seu papel como ferramenta macropolítica de Gestão Ambiental pública em escala local, sua aderência pelo Instituto Federal do Amazonas – IFAM.

REVISÃO TEÓRICA

Gestão Ambiental: a Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P

Segundo Barbieri (2011), a gestão ambiental é caracterizada como a ação do poder público de acordo com uma política ambiental, que por sua vez dispõe de diretrizes e instrumentos de ação que visam alcançar a melhoria do ambiente. A Administração Pública é uma grande consumidora de bens e serviços com o poder de compra por meio das licitações, e, portanto, deve ser exemplo das boas práticas nas atividades que lhes cabem, cumprindo sua responsabilidade imposta pelas políticas públicas (MMA, 2009).

Para o cumprimento destas políticas, o MMA, criou a Agenda A3P que está fundamentada em marcos legais brasileiros que apoiam seu principal objetivo: estimular a reflexão e a mudança de atitude dos servidores públicos com a incorporação de critérios de gestão socioambiental em suas atividades rotineiras. Foi inicialmente estruturada em cinco Eixos Temáticos prioritários e tem suas diretrizes fundamentadas nas recomendações do Capítulo IV da Agenda 21, no Princípio 8 da Declaração da Rio/92, e, na Declaração de Joanesburgo. Esses documentos instituem a adoção de produção e consumo sustentável (MMA, 2009).

Para que haja adoção de princípios sustentáveis na gestão pública exige-se mudanças de atitudes e práticas, visando minimizar os impactos sociais e ambientais. Para tanto, o objetivo da A3P é provocar nos gestores públicos a incorporação de princípios e critérios de gestão socioambiental nas atividades do dia a dia que resultem a “economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos, da gestão adequada dos resíduos, da licitação sustentável e da promoção da sensibilização, capacitação e qualidade de vida no ambiente de trabalho” (MMA, 2009). Para atingir seus objetivos a Agenda tem suas ações voltadas aos princípios da política dos 5 R’s: Repensar, Reduzir, Reaproveitar, Reciclar e Recusar consumir produtos que gerem impactos socioambientais significativos (MMA, 2009).

A assinatura do Termo de Adesão é a forma de institucionalizar a Agenda nas instituições interessadas. A adesão a A3P é livre e facultativa, o que tem dado autonomia as instituições na decisão. Àquelas que aderirem devem assumir o engajamento coletivo, incorporando conceitos e estratégias preconizadas, objetivando a mudança de rotinas institucionais, hábitos, atitudes e a difusão do Programa no âmbito institucional. No entanto, Arruda et al. (2018) aduzem que a liberdade de aderência, pode ser um fator negativo na implementação desta agenda. Isso porque há muitas normas que são obrigatórias, fazendo com que a implantação oficial da A3P não seja prioridade (Ibidem).

Os órgãos que formalizarem a parceria com o MMA por meio do Termo de Adesão recebem apoio técnico para implementação e operação da agenda, além de monitoramento e supervisão das instituições pela plataforma Ressoa, que é um sistema virtual de monitoramento de gestão socioambiental, disponibilizado pelo MMA para os assinantes do Termo de Adesão.

Após adesão formal à Agenda, ocorre o processo de certificação de Adesão à A3P, em meio digital. São três os Selos A3P, criados em 2014 com cores diferenciadas para reconhecer o empenho das entidades públicas na implementação da A3P, para as instituições: 1) **Verde** – com a adesão formal; 2) **Prata** - que entregaram Relatório Anual; 3) **Laranja** - vencedoras do Prêmio Melhores Práticas da A3P (MMA, 2019).

Outra forma de participação se dá por meio da Rede A3P, onde instituições privadas e públicas, pessoas físicas e jurídicas interessadas em participar de forma indireta podem se cadastrar. Trata-se de um canal de comunicação via internet, cujo intuito é difundir informações relevantes sobre a Agenda, sistematizar dados e informações acerca do desempenho ambiental das instituições, e incentivar e promover programas de formação e mudanças organizacionais proporcionando intercâmbio técnico e a troca de experiências entre os participantes que se interessam pela temática (MMA, 2009).

Para tornar a A3P mais acessível, o MMA, disponibiliza em seu *site*¹ minutas de projeto de lei para tornar a A3P uma política no Executivo e Legislativo municipais. São instrumentos adaptados à realidade municipal, que se tornados lei, solidificarão o programa de sustentabilidade nesta esfera. Segundo o MMA⁶ as minutas de projetos de lei atende à demanda de prefeitos e vereadores que sentiam necessidade de uma norma que permitisse seu ajuste ao Executivo e Legislativo municipal. Esse movimento em prol das questões socioambientais transforma realidades, locais, regionais, nacional, e, é visivelmente resultado da implementação e execução das políticas públicas ambientais.

Os municípios São Miguel do Aleixo, Cumbe e Campo do Brito no Estado de Sergipe institucionalizaram a Lei n°293/2018, Lei n°339/2018 e Lei n°429/2018, respectivamente, através do Consórcio Público do Agreste Central Sergipano – CPAC, incentivando a adoção de práticas em conformidade com os eixos temáticos da A3P na máquina municipal, com destaque para cada escola municipal.

A A3P também vai ao encontro com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS. Em 2015, os países e a população global tiveram a oportunidade de adotar uma nova agenda para o desenvolvimento sustentável decidindo sobre novos caminhos para melhorar a vida das pessoas em todos os lugares. Tais decisões, determinariam o curso global de ação para acabar com a **pobreza**, promover a **prosperidade** e o **bem-estar** para todos, proteger o **meio ambiente** e enfrentar as **mudanças climáticas** até 2030 (ONU, 2015). Os ODS são 17 objetivos com 169 metas associadas integradas e indivisíveis, abrangem e atuam sob o direito internacional e os direitos humanos (ONU, 2015).

O Brasil é signatário desta Agenda, e precisa demonstrar mudanças e ações efetivas assim como todos os países que fazem parte do pacto. Considerando a convergência e a conexão dos eixos temáticos prioritários estabelecidos na A3P com os ODS, o Brasil ao implementar A3P, e tê-la aplicada em todos os

¹MMA. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/parceiros>

órgãos públicos, poderia potencializar o alcance das metas dos ODS. O que está preconizado nos eixos temáticos desta Agenda atendendo de forma direta e indireta, ao que está estabelecido nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS (ONU, 2015) (Quadro 1).

Quadro 1: Descrição e conexão dos Eixos Temáticos da A3P com os ODS.

EIXOS DA A3P	DESCRIÇÃO	CONEXÃO COM OS ODS
Eixo 1 Uso racional dos recursos naturais e bens públicos;	<ul style="list-style-type: none"> - Implica em usá-los de forma econômica e racional evitando o seu desperdício. - Engloba o uso racional de energia, água e madeira além do consumo de papel, copos plásticos e outros materiais de expediente. 	<p>Ícones dos ODS 4 (Educação de Qualidade), 6 (Água Potável e Saneamento), 7 (Energia Limpa e Acessível) e 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima).</p>
Eixo 2 Gestão adequada dos resíduos gerados;	<ul style="list-style-type: none"> - Passa pela adoção da política dos 5R's: Repensar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Recusar. - Deve-se primeiramente pensar em reduzir o consumo e combater o desperdício para só então destinar o resíduo gerado corretamente. 	<p>Ícones dos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade), 6 (Água Potável e Saneamento), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis) e 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima).</p>
Eixo 3 Qualidade de vida no ambiente de trabalho;	<ul style="list-style-type: none"> - Visa facilitar e satisfazer as necessidades do trabalhador ao desenvolver suas atividades na organização através de ações para o desenvolvimento pessoal e profissional. 	<p>Ícones dos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade), 5 (Igualdade de Gênero) e 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico).</p>
Eixo 4 Sensibilização e capacitação dos servidores;	<ul style="list-style-type: none"> - Busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nos servidores. - O processo de capacitação contribui para o desenvolvimento de competências institucionais e individuais fornecendo oportunidade para os servidores desenvolverem atitudes para um melhor desempenho de suas atividades. 	<p>Ícones dos ODS 3 (Saúde e Bem-Estar), 4 (Educação de Qualidade), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).</p>
Eixo 5 Licitações sustentáveis;	<ul style="list-style-type: none"> - A administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental das suas compras. - As licitações devem levar à aquisição de produtos e serviços sustentáveis que são importantes não só para a conservação do meio ambiente, mas, também apresentam uma melhor relação custo/benefício a médio ou longo prazos quando comparadas às que se valem do critério de menor preço. 	<p>Ícones dos ODS 4 (Educação de Qualidade), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis), 12 (Consumo e Produção Responsáveis), 13 (Ação Contra a Mudança Global do Clima) e 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes).</p>

Fonte: MMA (2009); ONU (2015).

METODOLOGIA

Tipo de pesquisa e Caracterização do local de estudo

O estudo caracteriza-se como uma pesquisa descritiva, com abordagem quanti-qualitativa (CRESWELL, 2010). Foram utilizadas as técnicas de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, documental, observação *in loco*, aplicação de questionário em formato de *Checklist*. A metodologia adotada para formação do panorama da A3P ao longo dos últimos 20 anos (1999 a 2019) desde sua implementação, foram

obtidos, junto ao site do MMA², dados quantitativos, relacionados à aderência da A3P, das duas modalidades, das três esferas e dos três poderes, principalmente a Adesão formal, as premiações e ao estado da arte.

Os dados da pesquisa bibliométrica, somada a pesquisa documental permitiram o refinamento e a elaboração/adaptação de gráficos e tabelas, facilitando melhor leitura, compreensão e interpretação do Programa A3P. A pesquisa de campo aconteceu no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM). E o recorte da pesquisa de campo foram escolhidas as Unidades/*Campi*: Reitoria e os *Campus* Manaus Centro - CMC, *Campus* Manaus Zona Leste - CMZL e *Campus* Manaus Distrito Industrial – CMDI (Região do Rio Negro/Solimões), *Campus* Itacoatiara (Região Médio Amazonas), *Campus* Eirunepé (Região do Juruá) e *Campus* Tabatinga (Alto Solimões).

Desenvolvimento da pesquisa de campo, Análise dos dados e Procedimentos éticos

O trabalho de campo no IFAM, visou identificar as práticas de gestão ambiental executadas nas Unidades escolhidas, destarte, foram realizadas visitas, observação participante e aplicação de *Checklist*. O intuito dessas visitas foi a aplicação do *Checklist* aos gestores sistêmicos, conhecer as ações realizadas no âmbito do Programa A3P pelo IFAM, suas particularidades e conhecer suas estruturas físicas.

O *Checklist* foi adaptado de (LUIZ et al., 2013), é composto por 52 questões, subdivididas em cinco eixos temáticos, com opções de resposta “adere”, “não adere” ou “não se aplica” e têm por base as principais legislações ambientais vigentes e os eixos temáticos da A3P que norteiam a aplicação de ações sustentáveis. A adaptação se deu na estrutura informada da instituição a ser pesquisada, no caso, o IFAM. O Quadro 2 apresenta as questões do *Checklist*.

Quadro 2: Eixos do Programa do MMA e os itens do Questionário *Checklist* aplicado aos gestores do IFAM.

EIXOS DA A3P E OS ITENS DO CHECKLIST
Eixo 1: 1) papel; 2) energia; 3) água; 4) copos plásticos (descartáveis); 5) materiais/recursos que causam impactos ambientais significativos; e, 6) destinação devida para os bens materiais ocioso, recuperável, antieconômico ou irre recuperável.
Eixo 2: 7) Política dos 5R's; 8) Coleta Seletiva; 9) Coleta Seletiva Solidária; 10) Comissão de Coleta Seletiva Solidária; e, 11) Destinação Adequada de Resíduos Perigosos.
Eixo 3: 12) atividades de ginástica laboral ou atividades semelhantes aos servidores; 13) acessibilidade em todas as instalações; 14) preocupação com a ergonomia de mobiliários e equipamentos; 15) comissão interna de prevenção de acidentes; 16) controle da jornada de trabalho; 17) especialista para proporcionar apoio a servidores que passam por problemas como tabagismo, alcoolismo, drogas e neuroses diversas; 18) ambiente de trabalho salubre; 19) programa de saúde ocupacional; 20) orientação nutricional; 21) desenvolvimento e a capacitação de seus servidores através da autonomia das atividades; 22) percepção do significado do trabalho individual e coletivo; 23) integração social interna e externa através da ausência de preconceitos; 24) integração social interna, através da interação de servidores em áreas comuns e em eventos; 25) integração social interna, através do senso comunitário (entre setores); 26) integração social interna, através da promoção dos relacionamentos interpessoais (bom relacionamento entre os colegas de trabalho); 27) liberdade de expressão; 29) privacidade pessoal; e, 30) tratamento impessoal.
Eixo 4: 31) capacitação com os servidores técnico-Administrativo; 32) capacitação com os servidores Docentes; 33) sensibilização com o corpo discente; 34) sensibilização dos gestores em relação às questões socioambientais; 35) sensibilização da comunidade no entorno da instituição no que abrange a conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente; e, 36) Produz e divulga material educativo voltado à preservação e conservação do meio ambiente.
Eixo 5: obras públicas - 37) Os projetos de engenharia para construções possuem exigências que levem a economia da manutenção e operacionalização da edificação, a redução do consumo de energia e água e a utilização de tecnologias e materiais que reduzem os impactos ambientais; da aquisição de bens - 38) É observada a produção com menor consumo de matéria prima e maior quantidade de reciclável; 39) É dada a preferência para produtos fabricados por fontes não poluidoras, bem como materiais que não prejudiquem a natureza; 40) Como critério avaliativo, é observado a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras; 41) É dado prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia (lâmpadas econômicas, torneiras automáticas, entre outros); 42) O IFAM adquire produtos reciclados; 43) É observada a qualidade e durabilidade dos produtos adquiridos; 44) Na aquisição de veículos, é observada a maior eficiência

²MMA. Disponível em: <http://a3p.mma.gov.br/>

e menor poluição, bem como a utilização de combustíveis alternativos; 45) Existe preferência para aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento; 46) Na aquisição de equipamentos eletroeletrônicos, são observados os critérios estabelecidos na Resolução CONAMA 20 (1994), que instituiu o selo de ruído; **dos serviços públicos** – 47) Nos editais é exigido que a empresa forneça treinamento a seus empregados; 48) Que utilizem equipamentos de limpeza que não gerem ruídos; 49) Que forneça aos empregados os equipamentos de segurança necessários a atividade; 50) Que realize a separação dos resíduos sólidos descartados; 51) Que adote medidas para reduzir o consumo de água e energia; e, 52) Sempre que possível, a entidade realiza a licitação por meio do pregão eletrônico.

Fonte: Adaptado de LUIZ et al. (2013).

Participaram desta pesquisa 36 gestores das Unidades participantes, identificados no organograma da Estrutura Organizacional do IFAM. O Checklist e os fenômenos observados *in loco* foram registrados no diário de bordo digital, também por registro iconográfico e fonográfico a partir de previa autorização. As informações foram armazenadas e tabuladas utilizando-se planilhas Excel.

A análise dos questionários se deu por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme os subsídios teóricos de Bardin (2009), seguindo as etapas de: pré-análise; exploração do material (ou codificação); e tratamento dos resultados (inferências e interpretações). A análise das variáveis quantitativas se deu com o uso da estatística descritiva, especificamente pela média aritmética e média da média para aderência final. Para a pesquisa *in loco* foi obtido autorização prévia do IFAM e Parecer aprovado do Comitê de Ética em Pesquisa – CEP. Cada participante da pesquisa assinou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Panorama da A3P

A dinâmica de adesão a Agenda Ambiental da Administração Pública e de participação na Rede A3P começaram a ser medidos a partir de 2005 e 2007, respectivamente (MMA, 2019). Até o final do ano de 2019, a Agenda contava com assentimento de 461 instituições de diversos setores da administração pública de todo Brasil e de 1016 participantes da Rede A3P (Gráfico 1).

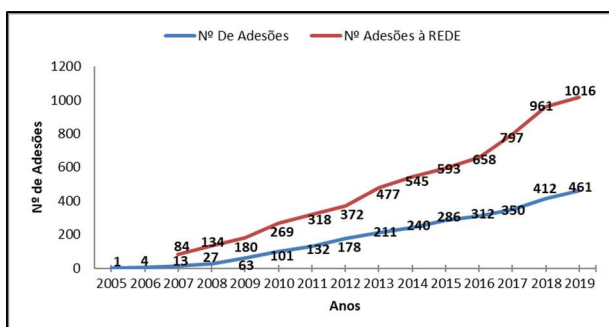


Gráfico 1: Número de adesões à A3P e a Rede A3P no período de 2005 a 2019. Fonte: MMA (2019).

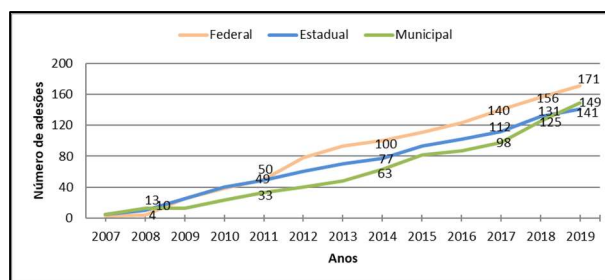


Gráfico 2: Número de Adesões à Agenda A3P por Esfera de Governo. Fonte: MMA (2019).

Verifica-se uma evolução paulatina no número de adesões e em nenhum dos anos houve decréscimo. É importante ressaltar que o Termo de Adesão não é vitalício e deve ser renovado a cada 5 anos. Logo infere-se que a partir de 2010 o número total anual pode estar adicionado ao de 2005 e 2011 ao de 2006, e assim sucessivamente. Ao analisar a adesão à Agenda por esfera de governo, verifica-se que desde o ano de 2011 o maior número delas são de órgãos Federais (Gráfico 2).

No portal eletrônico da A3P é possível consultar as instituições Aderentes a A3P e/ou a Rede A3P.

Em consulta realizada em setembro de 2019 verificou-se que muitos órgãos públicos ainda não eram aderentes a esta Agenda. O quantitativo total de adesões a A3P é de 204 e a Rede A3P é de 985 parceiros. Quando consideramos as regiões administrativas da Federação do Brasil, o Sudeste é a região com maior número de adesões nos dois sistemas (Gráfico 3).

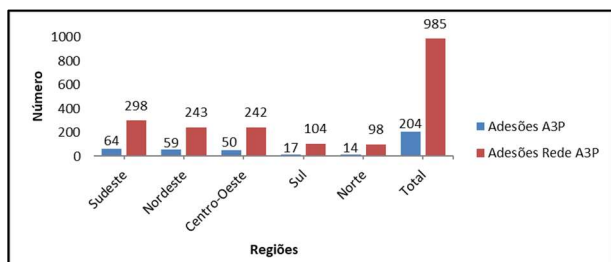


Gráfico 3: Adesões à Agenda A3P e à Rede A3P por Região. **Fonte:** MMA (2019).

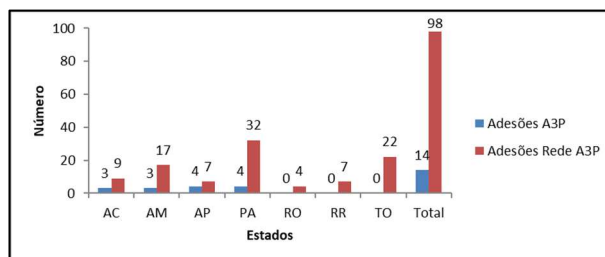


Gráfico 4: Número de Adesões A3P na Região Norte (Set/2019). **Fonte:** MMA (2019).

Na região Norte os estados com maior adesão à Agenda A3P são o Pará e o Amapá com 4 instituições cada. Quanto a Rede A3P o Pará e o Tocantins são os estados com maior participação (Gráfico 4). Diante da importância que as instituições públicas têm na redução de impactos socioambientais negativos, o MMA reconhece nacionalmente bons projetos relacionados à Agenda A3P com o ‘Prêmio Melhores Práticas da A3P’ que é realizado anualmente desde 2009 e que a partir de 2012 passou a acontecer a cada dois anos. Em 2019 foram 137 projetos inscritos (Gráfico 5). O Prêmio reconhece os projetos implementados, dá visibilidade às iniciativas e incentiva outros órgãos a aderirem à A3P.

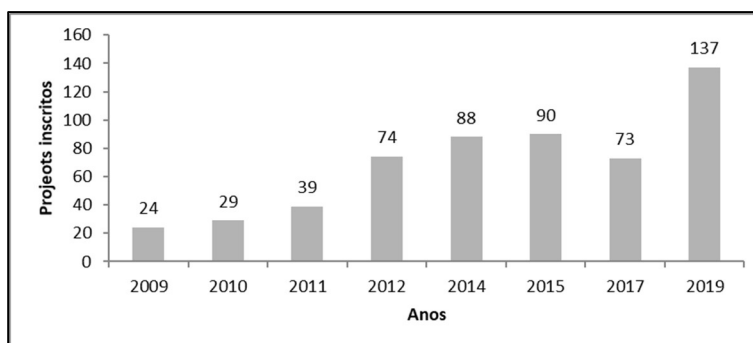


Gráfico 5: Número de Projetos Inscritos no Prêmio Melhores Práticas da A3P (2009 a 2019). **Fonte:** MMA (2019).

Ao longo das edições houve aumento na participação, e na 8ª Edição (2019/2020) foi registrado o maior número de projetos inscritos. Considerando que a premiação acontece no ano subsequente ao ano de inscrição, em 2020 ocorrerá a premiação dos projetos inscritos em 2019 (MMA, 2019). Mesmo reconhecendo-se a importância da A3P, em levantamento bibliográfico realizado nos últimos quatro anos (2015 – 2019) verificou-se a realização de estudos acerca da implementação da A3P em instituições de Ensino Superior e outras instituições públicas que revelam fragilidades e deficiências na implementação da Agenda. (Quadro 3).

Quadro 3: Levantamento bibliográfico (2015 - 2019) sobre estudos avaliando a implementação da A3P.

AUTOR (ANO)	TIPO DE TRABALHO* E OBJETIVOS
ARAÚJO (2015)	Artigo; Analisar 49 iniciativas agraciadas pelo Prêmio Melhores Práticas de Sustentabilidade A3P entre 2009 e 2013, a partir de 7 indicadores de conformidade com objetivos organizacionais de responsabilidade socioambiental;
NASCIMENTO et al. (2015)	Artigo; Sensibilizar e conscientizar os funcionários da Reitoria da Universidade Federal do Vale do São Francisco - Univasf, sobre a necessidade de redução do consumo de copos descartáveis no ambiente de trabalho;
VIEGAS et al. (2015)	Artigo; Análises as ações de uma Instituição de Ensino Superior Federal às diretivas da A3P;
MONTEIRO (2015)	Artigo; Mensurar o nível de consciência ambiental dos gestores do IFRN, sob a ótica da A3P;
PRADO et al. (2015)	Dissertação; Implementar, de forma participativa, o eixo temático Sensibilização e Capacitação do Programa de Gestão A3P na Prefeitura da Cidade do Recife, através da aplicação de curso EAD;
MENDONÇA (2015)	Dissertação; Realizar um diagnóstico socioambiental no IFTM Campus Uberaba como forma de auxílio na definição de políticas de responsabilidade socioambiental e implantação de um SGA;
NETO et al. (2016)	Artigo; Analisar os desafios dos gestores públicos na implementação da A3P numa sociedade de economia mista;
SANTOS et al. (2017)	Artigo; Analisar a adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) ou a potencialidade de sua aplicação, em cinco secretarias do município de Vilhena, Rondônia;
ARRUDA (2018)	Artigo; Analisar a aderência de uma Companhia Hidroelétrica da região nordeste do Brasil às diretrizes elencadas pela Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P);
FIGUEIREDO (2019)	Artigo; Verificar a aderência da Universidade Federal do Oeste do Pará às ações propostas pela A3P;
ROSA et al. (2019)	Artigo; Analisar a aplicação da A3P e da legislação ambiental nas atividades socioambientais praticadas por uma Instituição Pública Federal. Busca, ainda, descrever aspectos relacionados à observância aos requisitos da legislação; mensurar a aderência da Instituição em relação às ações propostas na A3P e verificar o status da implantação das políticas socioambientais;

*Exceto Monografias. **Fonte:** MMA (2019).

No *site* do MMA encontra-se uma biblioteca de produções acadêmicas que contemplam a temática da Agenda em seus vários aspectos: economia, gestão ambiental, educação ambiental, responsabilidade social e desenvolvimento sustentável, onde se pode visualizar que o número de dissertações é menor em relação aos números de artigos e monografias produzidos.

Entre os anos de 2012 e 2013 verifica-se o maior número de trabalhos publicados sobre a Agenda A3P. A partir de 2014 há uma diminuição nos números de trabalhos disponibilizados na biblioteca do MMA, o que pode inferir menor número de trabalhos produzidos e/ou a ineficiência na busca e disponibilização desses estudos na biblioteca virtual do MMA (Gráfico 6).

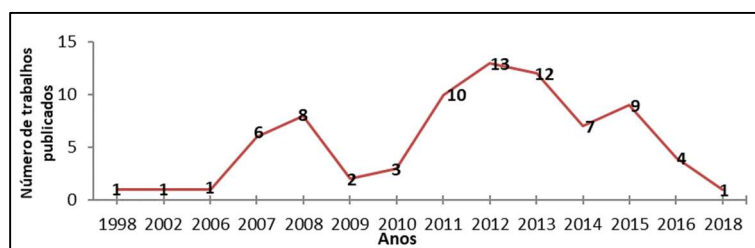


Gráfico 6: Número dos trabalhos científicos disponibilizados na biblioteca do MMA no período de 1998 a 2018. N= 78.

Durante o levantamento bibliográfico realizado neste estudo em diferentes fontes foram identificados nove novos artigos sobre o tema que não estavam disponíveis naquela biblioteca, sendo quatro no ano de 2015, um em cada um dos anos 2016, 2017, 2018 e dois em 2019, a saber: (ARAÚJO et al., 2015; NASCIMENTO et al., 2015; VIEGAS et al., 2015; MONTEIRO et al., 2015; NETO et al., 2016; SANTOS et al., 2017; ARRUDA et al., 2018; FIGUEIREDO et al., 2019; ROSA et al., 2019).

Reflexos da A3P no Amazonas - A relação do IFAM com os eixos temáticos

No estado do Amazonas (03) instituições aderiram a A3P, são elas: Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas – TCE/AM e o Instituto Federal do Amazonas – IFAM, sendo este último o único representante das Instituições de Ensino Superior Públicas.

Após IFAM aderir a A3P no ano de 2015 (IFAM, 2016, p. 307)³, a instituição criou sua Política Socioambiental em 2017 e seu Plano de Logística Sustentável (PLS) em 2018. O IFAM é o único da rede IFE da região norte a possuir setor específico de Gestão Ambiental, e isto demonstra uma das mudanças ocorridas na gestão sistêmica e a visão no trabalho cotidiano das atividades administrativas com foco nas questões socioambientais após a implantação da A3P. Contudo, o IFAM nunca alimentou o sistema Ressoa e por isso possui apenas o Certificado de Adesão, verde.

Eixo 1 - Uso racional dos recursos naturais e bens públicos

Foi averiguado a aderência das ações promovidas pelo IFAM nas Unidades pesquisadas ao monitoramento/redução do consumo e a este eixo foram aderentes em mais de 60% na grande maioria dos itens (Gráfico 7). Ressalta-se que no Gráfico 7, apenas o monitoramento/redução de consumo de água verificou-se de menor aderência percebida por 50% dos entrevistados. Acredita-se que parte dessa percepção se deve ao fato de todos os *Campi* possuírem poços artesianos, o que gera facilidade no acesso à água em abundância e sem o devido controle, pois “não se aplica, porque a água é de poço artesiano” declara um gestor. Também não foi visto hidrômetro, torneiras de pressão ou de sensor. A água, recurso natural relevante a vida, não recebe a devida atenção no IFAM, e parece ser recorrente em várias outras IES (FERNANDES, 2017; PINHEIRO et al., 2019).

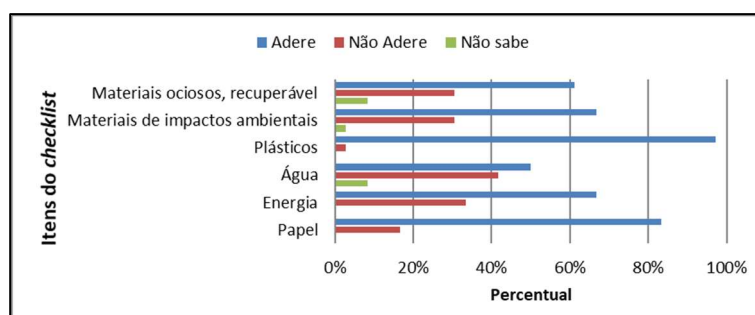


Gráfico 7: Aderência por itens do Eixo 1 da A3P percebida pelos gestores do IFAM.

Segundo os entrevistados, no IFAM a redução do consumo de papel se deve a implementação dos sistemas eletrônicos uso de sistema digital para processos e memorandos ‘foi significativo, um divisor de águas no Instituto’. O setor de TI da Reitoria concluiu que houve uma economia de 83% no consumo de papel no ano 2016 com a implantação dos Sistemas. Já no Instituto Federal de Rondônia – IFRO, o ‘uso do Sistema Eletrônico de Informações - SEI também permitiu a redução do consumo de papel A4 em aproximadamente 24% quando comparado com o exercício anterior’⁴.

³ IFAM (2016). <http://www2.ifam.edu.br/pro-reitorias/desenvolvimento-institucional/relatorio-de-gestao>

⁴ IFRO (2018, p. 78). Disponível em: <https://portal.ifro.edu.br/relatorio-de-gestao>

Outra alternativa bastante aliada a sustentabilidade que vem sendo adotada com frequência pelas instituições é o uso de fontes de energias renováveis (MALHEIROS et al., 2019). Neste contexto, verificou-se que em 2018 o IFAM formou a Comissão Permanente de Eficiência Energética e Energias Renováveis (3ER) com o objetivo de discutir ações e projetos de sustentabilidade. Dentre os projetos há o de implantação de um laboratório de energia fotovoltaica no Curso de Eletroeletrônica e Mecânica e a aquisição das placas fotovoltaicas para redução do consumo de energia elétrica. Neste toar, o Instituto Federal de Goiás (IFG) já investiu 18% dos R\$14 milhões em energia renovável com Usinas Fotovoltaicas⁵.

A redução do uso de copos descartáveis foi item bem avaliado neste eixo. Infere-se da pesquisa que um dos maiores feitos pelo IFAM, que segundo os gestores com a distribuição de canecas feitas com a fibra da casca do coco aos servidores de todas as unidades e garrafinhas “squeeze” aos discentes: “a gente não oferece mais copos descartáveis nos bebedouros” cita um dos gestores. Atitude semelhante à de outras IFES (FERNANDES, 2017; MALHEIROS et al., 2019; FIGUEIREDO et al., 2019).

Eixo 2 - Gestão adequada dos resíduos gerados - diretamente relacionado a Diretriz IV do PLS do IFAM

A reutilização de equipamentos de informática prevista na Política dos 5R's, os gestores enfatizam o trabalho realizado pelo setor de TI da Reitoria voltado para a reutilização de equipamentos como computadores e impressoras em aulas práticas de *hardware* nos *Campi*.

A coleta seletiva no Brasil foi promulgada pelo Decreto nº 5.940/2006, e é executada pela Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA (PINHEIRO et al., 2019). E na contramão do feito da UFRA, o IFAM em suas unidades, atende parcialmente a este eixo, onde na maioria das unidades até possui os coletores, mas não cumpri as etapas necessárias. Segundo Grassi et al. (2018) das 63 IES públicas federais do Brasil, apenas 47,62% praticam a Coleta Seletiva Solidária, inferindo-se ao recorrente descaso no descumprimento deste Eixo pelas IES.

O principal problema revelado na pesquisa sobre a Coleta Seletiva no IFAM foi que nos municípios visitados, os únicos que possuem Associação de Catadores de Resíduos é Manaus e Itacoatiara. Porém, as Associações de Manaus não têm interesse em recolher o resíduo de outros municípios em função do volume disponível que tornam a atividade inviável economicamente. Outro gestor afirma que em sua Unidade há os coletores seletivos, porém ‘no final de tudo vai para um lugar só’, pois, todo o resíduo é juntado e misturado ‘nem a cidade tem coleta seletiva’ no sentido da problemática da falta de Serviço de Coleta Seletiva nos municípios e ainda, a ausência de Associações e Cooperativas desse ramo.

Na Reitoria do IFAM é realizada a coleta de pilhas com a instalação de coletores ‘papa pilhas’. Há uma cooperação entre Reitoria e uma empresa que recolhe esse material sem custos ao Instituto. Outras instituições públicas também fazem trabalho semelhante (PINHEIRO et al., 2019; MALHEIROS et al., 2019). Para metade dos gestores, o IFAM aderiu ao processo da Coleta Seletiva (Gráfico 8). De forma antagônica ao resultado apresentado anteriormente, quando indagados sobre a aderência das ações do Instituto a Política

⁵ IFG (2018). Disponível em: <http://www.ifg.edu.br/ultimas-noticias-campus-goiania/8317-inauguracao-da-arvore-solar-marca-o-lancamento-do-projeto-de-eficiencia-energetica-no-ifg-campus-goiania>

do 5R's e a existência de Comissão de Coleta Seletiva Solidária, a grande maioria dos entrevistados (72%) aponta como efetiva no primeiro caso e ausente no segundo item.

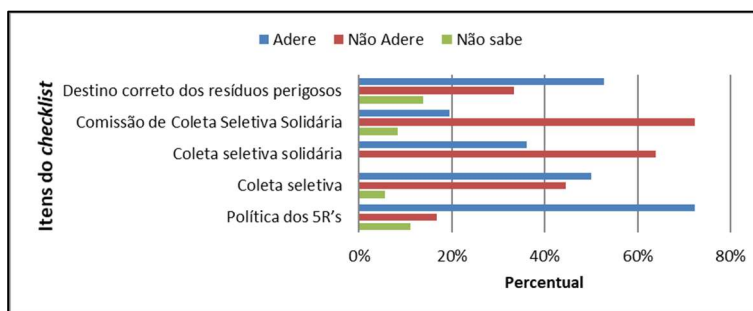


Gráfico 8: Aderência por itens do eixo 2 pelo IFAM.

Quanto a destinação dos resíduos perigosos no Gráfico 8, foi revelado uma aderência um pouco mais efetiva (53%) que as das ações de Coleta Seletiva. Por se tratar de resíduos perigosos, esse percentual de aderência gera um indicativo da necessidade de intensificação de ações voltadas para este problema considerando os tipos de materiais produzidos no IFAM, em destaque, os produtos químicos de laboratórios, sucatas de equipamentos de informática e eletroeletrônicos, pilhas, entre outras.

Eixo 3 - Qualidade de vida no ambiente de trabalho - diretamente relacionado a Diretriz V do PLS do IFAM

No IFAM, foi observado que os *Campi* do CMC e CMZL possuem academia, ginástica laboral, natação, quadras cobertas e campo *society*, realidade diferente dos *Campi* Eirunepé, Itacoatiara e Tabatinga. Quanto à acessibilidade, os gestores lembram que em suas Unidades este item é atendido de forma parcial, pois, “tem acesso, tem rampa, tem banheiro para portadores de necessidades especiais” (PNE). Porém todas as Unidades não possuem avisos luminosos para Surdos e cancela eletrônica. A falta da passarela e de elevador também foi percebido. As ações do IFAM quanto as acessibilidades são similares as adotadas em outras IES Federais (ROSA et al., 2019; MALHEIROS et al., 2019).

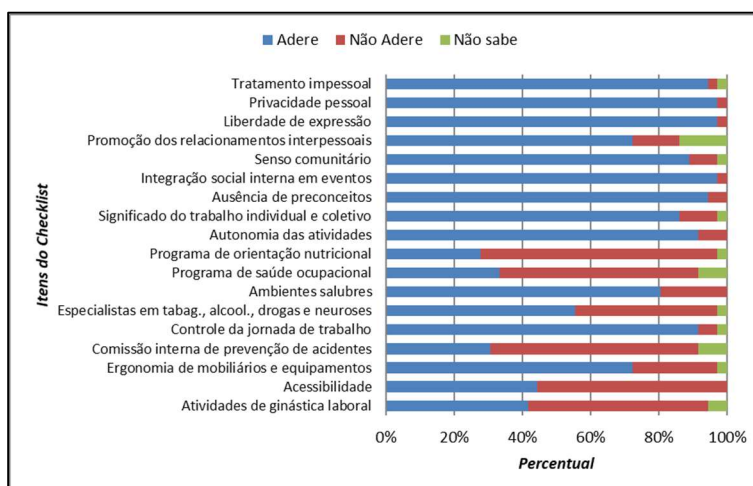


Gráfico 9: Ações realizadas no IFAM que aderem ao Eixo 3 da A3P pelo IFAM.

O IFAM não possui CIPA, mas adotou em suas Unidades a institucionalização das Brigadas de Incêndio por ser ‘uma exigência pelo Corpo de Bombeiros’. A exemplos de IES que possuem CIPA, o Instituto Federal

Catarinense (IFC, 2019), e o Instituto Federal de Alagoas (IFAL, 2019). Na percepção dos gestores (Gráfico 9), a maioria das ações deste Eixo ocorre aderência (50%). Um terço delas com mais de 90% de aderência. Os itens mais preocupantes foram, a falta de orientação nutricional (cerca de 70%), seguido da falta de um programa de saúde ocupacional.

O Instituto possui Núcleo Multiprofissional que atende servidores e discentes, com médicos, odontólogos, psicólogos, nutricionista, pedagogo, enfermeiro e técnico em enfermagem. Porém parte desta equipe não atua nos *Campi* do interior. Várias Instituições também sinalizam em suas ações a aderência a este Eixo (VIEGAS et al., 2015; NETO et al., 2016; SANTOS et al., 2017; ROSA et al., 2019).

Eixo 4 – Sensibilização e capacitação dos servidores

Verifica-se que a maioria dos tópicos deste eixo possuem aderência igual ou superior a 80% (Gráfico 10). De modo distinto apenas a produção e divulgação de material educativo e a sensibilização a comunidade externa a instituição.

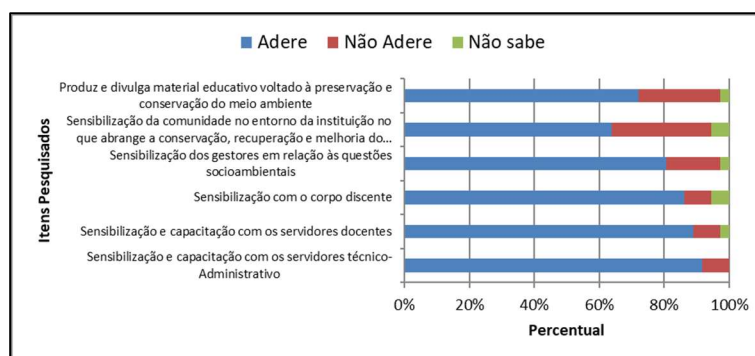


Gráfico 10: Aderência por itens do eixo 4 pelo IFAM.

O IFAM investe na formação de servidores, no ano de 2018, foram identificados 112 docentes e 12 técnicos liberados para capacitação. São capacitações de natureza *Lato Sensu*, *Stricto Sensu*, cursos de curta duração, e de atividades em congressos, feiras e seminários em nível nacional e internacional. O instituto possui vários convênios para mobilidade de discentes e docentes, em vários países como Espanha, Portugal, Finlândia, Suíça e França, juntamente conveniadas às unidades, Universidade do Minho, Universidade do Porto, Universidade de Lisboa, Instituto Politécnico do Porto e Instituto Politécnico Bragança, Santiago de Compostela. Segundo um gestor, as parcerias abrem as portas para intercâmbio, com opção de bolsas. Porém em 2019 houve contingenciamento do Governo Federal que suspendeu a ação.

Além das parcerias para a capacitação de seus servidores em nível de Mestrado e Doutorado, o IFAM também possui cursos de Mestrado e Doutorado próprios, a saber: 1) Mestrado em Educação Tecnológica – MPET; 2) Mestrado Em Ensino de Física – MPEF; 3) Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica – ProfEPT; e 4) Doutorado Profissional em Ensino Tecnológico. Ao encontro das ações do IFAM no que tange a sensibilização e capacitação dos servidores, (MONTEIRO et al., 2015; ROSA et al., 2019) constataram ações sistemáticas, no que tange à programas e qualificações profissionais dos servidores.

Eixo 5 – Licitações Sustentáveis

Este Eixo está diretamente relacionado a Diretriz VI do PLS do IFAM. Nas entrevistas os gestores apontam esse eixo com um dos mais negligenciados na Instituição: ‘esse é o nosso gargalo’, expressa um deles. É também o eixo mais desconhecido no IFAM, uma vez que muitos entrevistados declararam não saber sobre as licitações sustentáveis. Quanto a percepção dos participantes, na maioria dos itens averiguados tiveram aderência menor de (60%). Os itens mais bem avaliados foram, a licitação por meio do pregão eletrônico (86%) e o fornecimento de equipamento de segurança aos empregados (83%). O item de menor aderência foi, aquisição de veículos, com maior eficiência e menor poluição (39%) (Gráfico 11).

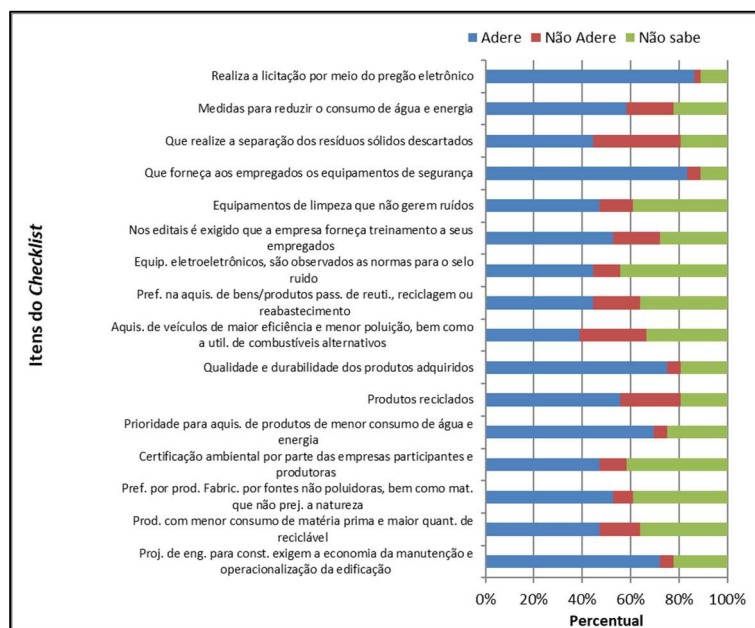


Gráfico 11: Aderência por itens do Eixo 5 pelo IFAM.

As compras sustentáveis consistem em atitudes e mudanças para que o uso dos recursos materiais seja o mais eficiente possível. Integra aspectos ambientais em todos os estágios do processo de compra, evitando compras desnecessárias e identifica produtos mais sustentáveis que cumpram as especificações de uso solicitadas. Destarte, não prioriza apenas produtos com aspecto ambiental, mas considera seriamente tal aspecto juntamente com os tradicionais critérios de especificações técnicas e preço (MMA, 2009, citado por VALENTE, 2011).

Um gestor cita que o critério avaliativo, da existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras nas licitações, não é observado, que nunca se exigiu essa certificação ‘nunca foram feitas’. Já sobre a prioridade para aquisição de produtos que colaboram para menor consumo de água e energia, foi visto nas Unidades a troca de lâmpadas fluorescente por *Led* e nos processos licitatórios aquisições de ares-condicionados do tipo inverter classe A (Selo Procel). Outro gestor aduz ‘não é uma questão somente ambiental, é de economicidade’, citando os ares-condicionados inverter (silencioso e econômico) que a Unidade já possui.

O único produto reciclado adquirido pela instituição, foram as agendas, feitas com papel reciclado e sem impressão do ano, assim o usuário pode usar a agenda a qualquer tempo. Um gestor aponta que “reciclado é mais caro, mas se olhar para o custo/benefício do reciclado, torna-se barato em relação a

contribuição proporcionada ao meio ambiente”, o que também foi constatado por Villac et al. (2016), na compra de papel reciclado A4 e de copos descartáveis de papel “incontestável ganho em todos os sentidos, ecológicos, financeiros, sociais...”.

O item mais aderente deste eixo pelo IFAM, o pregão do tipo eletrônico. Segundo os gestores em suas Unidades, é regra e que para se fazer um Pregão Presencial é preciso uma justificativa muito plausível. Apesar de ser demonstrado em seus Relatórios de Gestão aplicabilidade dos itens de sustentabilidade nas suas licitações, o IFAM descreve em súmula inicial dos certames as leis designadas como de *práxis*, porém, ao analisar os dados levantados na pesquisa e os relatórios, estes não especificam quais foram os editais, nem os itens de forma específica, os critérios avaliativos, descritivos, de desempate ou outros associados as questões socioambientais citadas neste trabalho.

Aderência a A3P pelo IFAM na percepção dos gestores sistêmicos das Unidades pesquisadas

A média da média percentual dos cinco Eixos da A3P analisados neste estudo apresenta-nos que no IFAM há aderência de 64% (média da média, seguindo o rol dos itens avaliados) a Agenda Ambiental Pública (A3P) do Ministério do Meio Ambiente (Gráfico 12).

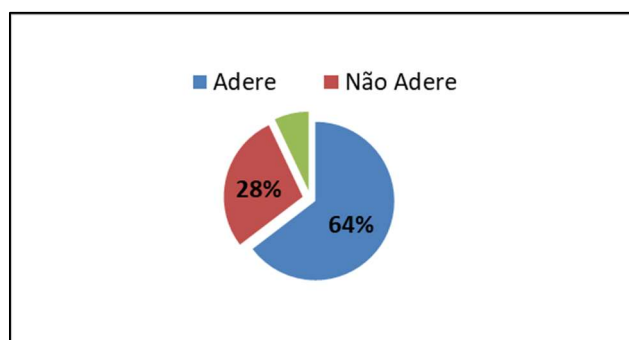


Gráfico 12: Frequência de Aderência aos Eixos da A3P pelo IFAM.

Segundo um dos gestores entrevistados, a A3P não é melhor trabalhada no IFAM por falta de investimentos, e que na atual conjuntura devido os cortes orçamentários do Governo Federal, novos projetos não poderão ser criados e os que já existem correm risco de descontinuação. Neste sentido, Neto et al. (2016) já apontavam a falta de recursos financeiros como um dos principais desafios da implementação da A3P.

A aderência à A3P pelo IFAM é expressiva, no entanto em visita *in loco* verifica-se que é parcial pois verificou-se uma variação entre as Unidades na sua efetividade. Esse quadro assemelha-se ao de outras instituições instaladas em diversas regiões no Brasil (LUIZ et al., 2013; ARAÚJO et al., 2015; MONTEIRO, 2015; VIEGAS et al., 2015; NASCIMENTO et al., 2015; NETO et al., 2016; SANTOS et al., 2017; ARRUDA et al., 2018; ROSA et al., 2019; FIGUEIREDO et al., 2019).

CONCLUSÕES

As adesões a A3P e a Rede A3P são moderadamente crescentes, e a esfera Federal se destaca, assim como no *ranking* das premiações. O panorama de crescimento da Agenda pode significar uma exigência do debate ambiental. A Agenda além de oportunizar o alinhamento da administração pública aos princípios

socioambientais e de sustentabilidade, fortalece sua identidade como ferramenta de gestão ambiental. Desta forma compreende-se esta Agenda essencial e de papel fundamental na gestão ambiental pública.

Os eixos temáticos da Agenda A3P formam conjunto que atende as demandas das instituições, mas o que se percebeu na pesquisa no IFAM é que o Programa do MMA não foi assumido. A partir do diagnóstico realizado, conclui-se que o IFAM em suas Unidades, precisa adotar correções e adaptações importantes nas ações voltadas aos Eixos da Agenda. As oportunidades de melhorias principais, o destino apropriado dos resíduos sólidos gerados, o uso de recursos naturais (mais especificamente sobre o uso da água e geração de energias sustentáveis), e as licitações. De outro modo, a qualidade de vida no ambiente de trabalho e a capacitação dos servidores é, ainda que aplicado de modo indireto a Agenda, uma das ações mais efetivas.

Apesar dos números apontarem uma porcentagem acima de 60% de Aderência a A3P pelo IFAM, a prática de gestão ambiental do Instituto não é congruente ao Programa. Parte-se deste contexto, que sua aplicabilidade parcial e pontual de forma indireta. Como sugestão para alavancar a aderência da A3P indica-se que esta Agenda se torne mandatária vinculada por Lei, ou seja, abranger sua efetividade nos órgãos públicos, nos Municípios, Estados bem como na esfera Federal.

AGRADECIMENTOS: À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM que proporcionou bolsa estudiantil de pesquisa a um dos autores.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, C. L.; LUDEWIGS, T.; CARMO, E. A.. A Agenda Ambiental na Administração Pública: desafios operacionais e estratégicos. **Rev. Desenvolvimento em Questão**, v.13, n.32, p.21-47, 2015.

ARRUDA, L. M.; RODRIGUES, R. N.. Agenda Ambiental Na Administração Pública (A3P): Uma análise da aderência das diretrizes da A3P em uma Companhia Hidroelétrica. **Rev. Fatec Zona Sul**, v.5, n.2, 2018.

BARBIERI, J. C.. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BARDIN, L.. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: 70, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Gráfica do Senado, 1988.

CRESWELL, J. W.. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FERNANDES, P. G.. **Análise das práticas de gestão ambiental em instituições de ensino superior no município de Mossoró/RN**. Dissertação (Ambiente, Tecnologia e Sociedade) - Universidade Federal Rural do Semiárido, Mossoró, 2017.

FIGUEIREDO, G. G.; SILVA, G. V.; SOARES, F. I. L.. Sistema de gestão ambiental na Administração Pública: estudo em uma Universidade Federal do interior da Amazônia. **Enciclopédia Biosfera**, Goiânia, v.16, n.29, 2019.

KRUGER, S. D.; FREITAS, C. L.; PFITSCHER, E. D.; PETRI, S. M..

Gestão Ambiental em Instituição de Ensino Superior - uma análise da aderência de uma Instituição de Ensino Superior comunitária aos objetivos da agenda ambiental na administração pública (A3P). **Rev. GUAL**, Florianópolis, v.4, n.3, p.44-62, 2011.

GOMES, C. M.; NASSAR, C. A. G.. Análise das Práticas de Sustentabilidade do IFF campus Campos-Centro com base na A3P. In: ENGEMA - DESAFIOS DA SUSTENTABILIDADE NA ECONOMIA DE BAIXO CARBONO, 17. **Anais**. São Paulo, 2015.

GRASSI, D. K.; GROHMANN, M. Z.. Panorama da coleta seletiva solidária na UFSM. In: FÓRUM INTERNACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS, 9. **Anais**. 2018.

LEFF, E.. **Epistemologia Ambiental**. São Paulo: Cortez, 2002.

LUIZ, L. C.; RAU, K.; FREITAS, C. L.; PFITSCHER, E. D.. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) e Práticas de Sustentabilidade: Estudo Aplicado em um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. **Administração Pública e Gestão Social**, v.5, n.2, 2013.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Lei n. 6.938 de 31.08.1981, Política Nacional do Meio Ambiente e Sistema Nacional do Meio Ambiente**. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Brasília: MMA, 1981.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Agenda Ambiental da Administração Pública A3P. Cartilha A3P**. 5 Ed. Brasília: MMA, 2009.

MALHEIROS, T. F.. **Universidade rumo à sustentabilidade.**

São Paulo: USP, 2019.

MENDONÇA, B. A.. **Diagnóstico para implantação de um sistema de gestão ambiental em uma Instituição Federal de Ensino.** Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

MONTEIRO, M. O.; CAMELO, G. L. P. Agenda Ambiental na Administração Pública - A3P nos campi do IFRN: um olhar a partir dos gestores. **Rev. EmpíricaBR**, v.8, n.1, 2015.

NASCIMENTO, M. M.; VIRGÍNIO, M. V. O.; LOPES, L. R.. Educação ambiental na administração pública: a implantação da A3P na Universidade Federal do Vale do São Francisco/Univasf/PE. **Rev. Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental Santa Maria**, v.19, n.2, p.493-501, 2015.

NASCIMENTO, J. M.. **Gestão Ambiental em Instituições de Educação Superior no Brasil: do discurso a realidade.** Dissertação (Mestrado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2018.

NETO, J. S. C.; ALBUQUERQUE, J. L.; SANTOS, J. C. M.; SANT'ANNA, C. H. M.. Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P): os desafios da implementação. **Rev. da Ciência da Administração**, v.14, 2016.

ONU. Organização das Nações Unidas Brasil. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.** Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio), 2015.

PINHEIRO, C. P. S.; SANTOS, D. S.; TORRES, L. M. RODRIGUES, P. R. S.. Práticas de gestão ambiental em Instituições de Ensino Superior: o caso da Universidade Federal Rural da Amazônia, Campus Belém. **Rev. Gestão e Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v.8, n.2, p.487-512, 2019. DOI: <http://doi.org/10.19177/rgsav8e22019487-512>

PRADO, W. C.. **Gestão participativa A3P (Agenda Ambiental na Administração Pública) na prefeitura da cidade do**

Recife: contribuições da educação a distância. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Gestão em Educação a Distância) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2015.

ROSA, L. A. B.; GOMES, C. M.; BARBIERI, L. C.; RODRIGUES, M. C. M.; KNEIPP, J. M.. Agenda ambiental na administração pública (A3P): uma análise em uma instituição pública federal do rio grande do sul. **Rev. Gesto**, v.7, n.1, 2019.

SANTOS, F. L.; CARNEIRO, A. F.; SOUZA, J. A.; SOUZA, R. M. Análise da adesão à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P) pela cidade portal da Amazônia. **Rev. Eletrônica Gestão & Sociedade**, v.11, n.28, p.1583-1610, 2017. DOI: <http://doi.org/10.21171/ges.v11i28.2120>

SERGIPE. Prefeitura de Cumbe. **Lei n. 339/2018 de 20 de setembro de 2018.** Institui o Programa de Sustentabilidade na Administração Pública do Município de Cumbe/SE. Cumbe: Diário Oficial do Município, 2018.

SERGIPE. Prefeitura de Campo do Brito. **Lei n. 429/2018 de 29 de agosto de 2018.** Institui o Programa de Sustentabilidade na Administração Pública do Município de Campo do Brito/SE. Campo do Brito: Diário Oficial do Município, 2018.

SERGIPE. Prefeitura de São Miguel do Aleixo. **Lei n. 293/2018 de 25 de setembro de 2018.** Institui o Programa de Sustentabilidade na Administração Pública do Município de São Miguel do Aleixo/SE. São Miguel do Aleixo: Diário Oficial do Município, 2018.

VALENTE, M. A. L.. **Marco Legal das Licitações e Compras Sustentáveis na Administração Pública.** Brasília: Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados, 2011.

VIEGAS, S. F. S. S.; CABRAL, E. R.; GOMES, S. C.; CARVALHO, A. C.. Agenda Ambiental na Administração Pública A3P: estudo da adesão e ação em uma Universidade pública. **Rev. AOS**, v.4, n.2, p.7-28, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.17800/2238-8893/aos.v4n2p7-28>

VILLAC, T.; BLIACHERIS, M. W.; SOUZA, L. C.. **Panorama de Licitações Sustentáveis: direito e gestão pública.** Belo Horizonte: Fórum, 2016.

A CBPC – Companhia Brasileira de Produção Científica (CNPJ: 11.221.422/0001-03) detém os direitos materiais desta publicação. Os direitos referem-se à publicação do trabalho em qualquer parte do mundo, incluindo os direitos às renovações, expansões e disseminações da contribuição, bem como outros direitos subsidiários. Todos os trabalhos publicados eletronicamente poderão posteriormente ser publicados em coletâneas impressas sob coordenação da **Sustenera Publishing**, da Companhia Brasileira de Produção Científica e seus parceiros autorizados. Os (as) autores (as) preservam os direitos autorais, mas não têm permissão para a publicação da contribuição em outro meio, impresso ou digital, em português ou em tradução.